

Qual o sentido de uma Ontologia Crítica de nós mesmos em Michel Foucault?

Qual o sentido de uma Ontologia Crítica de nós mesmos em Michel Foucault?

What the sense of an Ontological Critical by same us in Michel Foucault?

Rogério Luis da Rocha Seixas
Doutorando em Filosofia do PPGF-UFRJ

Resumo: Através da ontologia crítica do presente, desenvolvida no âmbito da questão sobre a Aufklärung, Foucault aponta para a concepção de uma atitude crítica sobre o que nós somos e por consequência, instaura-se uma ontologia crítica de nós mesmos. O que estamos fazendo de nós enquanto experimentamos nossa atualidade. Foucault reinterpreta a crítica e o momento histórico, como um desafio para criar uma versão radicalmente nova de experimentar uma vida filosófica, ativando a noção de *êthos* filosófico como atitude de modernidade.

Palavras-chave: Atualidade; Aufklärung; *êthos* filosófico; Michel Foucault; ontologia crítica de nós mesmos.

Abstract: Through the ontological critical of actuality, developed in the ambit of the question about the Aufklärung, Foucault appoint to the conception of a critical disposition above what we are and by effect, it initiate a ontological critical of same us. What are we doing of same us in the present time. Foucault reinterpreted the critical and the historical moment as a challenge, to create a radically new version to experiment a philosophical life, activating the notion of philosophical *êthos* as modernity attitude.

Keywords: Aufklärung; philosophical *êthos*; Michel Foucault; ontological critical by same us; the present time.

Aufklärung e Ontologia crítica

A importância para Michel Foucault em traçar uma **ontologia crítica de nós mesmos** se constitui no exercício do diagnóstico sobre a constituição histórica da subjetividade do homem na atualidade. A partir deste diagnóstico da atualidade, se possibilita a formulação de questões essenciais como: o que nós somos no momento presente? O que estamos fazendo de nós? Quais são as transformações que ocorrem a nossa volta? E o que faço quando falo deste momento presente? Podemos destacar que se faz uma interrogação direta sobre a condição do nosso pertencimento ao nosso presente e como nos constituímos como “sujeitos modernos”. Ao contrário da tradição, o objetivo de Foucault não é afirmar uma verdade universalmente válida e que seja permanente. Seu trabalho é o de diagnosticar o presente, buscando desvendar o que nós somos na atualidade. Este diagnóstico do atual é sem dúvida uma atividade filosófica. Mais diretamente um tipo de “trabalho de escavação abaixo dos nossos pés que caracteriza desde Nietzsche o pensamento contemporâneo e, neste caso,

posso me declarar filósofo”.¹ Esta citação define o que é o filósofo e consequentemente, a função da filosofia.

Tarefa de se defrontar com as problematizações inseridas na questão central ao se perguntar o que e como é este tempo presente no qual somos formados enquanto sujeitos de modernidade, voltando-se não simplesmente para o que acontece no sentido puramente teórico de um olhar histórico sobre o presente, mas para a realidade como uma possibilidade de transformação de nós mesmos, a partir deste diagnóstico crítico.

O tema do *Aufklärung* que se torna cada vez mais comum na reflexão foucaultiana a partir de 1978. Mais especificamente, com referência ao texto kantiano, o autor remete-se ao pequeno artigo publicada por Immanuel Kant em 1784. Neste texto o filósofo alemão responde à questão: *Was ist Aufklärung?*² Afirmando que o *Aufklärung* se expressa como a oposição ao estado de menoridade ao qual a humanidade havia se mantido por não ser capaz de servir-se do próprio entendimento de forma autônoma e livre, sempre necessitando da interferência de uma autoridade externa. Há então a incapacidade de decisão livre e a possibilidade de conhecer as condições do seu em torno. Aqui, o “sapere aude” kantiano, segundo Foucault, é indissociável do exercício crítico. Trata-se de estabelecer a idéia mais justa dos limites do conhecimento. Logo, a tentativa de sair da minoridade deve ser um esforço para os indivíduos que buscam despertar de seus sonos dogmáticos, tanto em nível particular quanto coletivo, fazendo uso de sua razão e desafiarem premissas apresentadas como corretas e que guiam as suas crenças e condutas. Há um apelo para se ter a coragem de se conhecer e pensar por si mesmo, atingindo a maturidade e assim assumir as próprias decisões sem recorrer aos dogmas.

Foucault inicialmente afirma que o texto kantiano sobre o *Aufklärung* denota uma pergunta de fundo essencial e bastante original na filosofia: “O que é o presente?” Pois se há um apelo para o indivíduo ter a coragem de se conhecer e pensar por si mesmo, não se configura assim como um mero espectador, mas um ator do momento presente, pois necessita criticá-lo e assim experimentá-lo em seu acontecimento mais

¹ FOUCAULT, M., 1994b, p.606.

² Este texto foi publicado no periódico alemão, a *Berlinische Monatschrift* em 1784 como o título “*Was ist Aufklärung?*” Que em português pode ser traduzido como: “O que é o Iluminismo?” ou “O que é o Esclarecimento?” Ao longo do texto manteremos o termo no original alemão com a intenção de sermos fiéis ao título original da pergunta kantiana.

singular. Formula-se a questão: “O que é precisamente este presente ao qual se pertence?” Para o filósofo a retomada da questão sobre o *Aufklärung*, iniciada por Kant, não deve buscar compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura que sempre traz consigo a promessa do melhor. Busca-se sim uma diferença: a diferença que algum acontecimento singular introduz hoje em relação ao ontem.³ O diagnóstico desta diferença entre o atual e o passado, denota mais do que uma atitude crítica sobre nosso momento presente que pode ser caracterizada como uma “ontologia crítica do presente de nós mesmos”.

Desta feita atenta-se para a atualidade, como o ponto de partida da atividade filosófica, evidenciada a partir da tentativa kantiana em determinar um elemento do presente que se deve distinguir, reconhecer e decifrar entre todos os outros como acontecimento essencial para a crítica filosófica. Não se trata aqui de uma tradicional tentativa de conceber uma analítica da história da verdade, mas em se exercitar a problematização do presente histórico. A novidade desta crítica da atualidade tem por objeto evitar qualquer leitura “teleológica da história do hoje” ou a pretensão de apreensão da totalidade do tempo presente. Fica evidente que a noção de ontologia foucaultiana se diferencia da ontologia formal da verdade, que se anuncia nas formas de universalidade e intemporalidade. Temos a concepção de uma filosofia diagnosticando e problematizando o presente.

Assim sendo, a importância para Michel Foucault de se traçar uma “ontologia crítica de nós mesmos” se justifica pelo exercício de problematização da constituição histórica da subjetividade do homem caracterizado como moderno. Mas qual a origem deste exercício de uma ontologia crítica?

Segundo a nossa interpretação, Foucault percebe ainda na atitude de busca da maturidade crítica, expressa no texto kantiano, um tipo de questionamento com referência a atualidade e simultaneamente, problematiza o modo de ser histórico e a constituição de um si mesmo como sujeito autônomo. Acompanhando a análise de Foucault, Kant passa a estabelecer um vínculo direto entre crítica e o *Aufklärung*: “a crítica é como o frontispício da razão tornada maior na *Aufklärung*; e inversamente a *Aufklärung*, é a maturidade da Crítica”.⁴ Uma atitude de crítica permanente

³ Em Foucault temos a noção de “ruptura acontecimental” – traço que o autor percebe no texto kantiano sobre a *Aufklärung*.

⁴ Foucault, M. *Dits et Écrits I*, 1994a, p. 567.

e sempre reativada. Assim sendo, temos o que Foucault denomina de “*êthos* filosófico que se poderia caracterizar como crítica permanente de nosso ser histórico”.⁵ Esta relação entre atitude crítica e *Aufklärung* se imbricará ainda com a atualidade. Sendo a partir deste ponto que se configura uma ontologia crítica de nós mesmos no presente, que Foucault descreve de modo mais completo:

Não deve ser considerada como uma teoria, uma doutrina, ou mesmo um corpo permanente de saber acumulativo; deve ser concebida como uma atitude, um *êthos*, uma vida filosófica na qual a crítica do que somos é ao mesmo tempo a análise dos limites que nos são impostos e a experimentação com a possibilidade de ir além deles. (FOUCAULT, *Dits et Écrits* II, p. 574)

O *êthos* filosófico representa a tentativa de transformar a noção de crítica kantiana, em uma atitude prática da razão no sentido que se atinjam modos de ultrapassamento dos nossos limites de nosso tempo. Situa-se sempre nos limites a possibilidade de se criar ações ou pensamentos diferentes. Temos uma “atitude limite”, que precisa ser entendida não como uma ação de transgressão ou rejeição do momento presente, mas sim uma atitude de crítica sempre em movimento, voltada para transformação da vida dos indivíduos de forma criativa, levada às últimas conseqüências.

Temos então a noção de *êthos* filosófico como sendo uma atitude de modernidade, enquanto crítica para “diagnosticar o presente”, fazendo desta crítica um modo de agonística, onde os sujeitos racionais se reconhecem como autônomos e livres contra os efeitos abusivos do poder biopolítico.

A agonística entre o poder e as lutas de Resistência

Na assim denominada última fase de Foucault ou sua fase político-ética, emerge a questão das práticas de normalização moderna, individualizantes e totalizantes, através das quais tanto o micro-corpo, alvo da disciplinarização, desenvolvida entre os séculos XVII e XVIII, quanto o macro-corpo ou população, regulado pelo biopoder a partir do século XIX, constituem-se como alvos das práticas de subjetivação e agenciamento da vida atual. A governamentalidade biopolítica do Estado representa este

⁵ Foucault, M. *Dits et Écrits* II, 1994b, p. 571.

aparato de poder mais recente, com suas táticas sutis de assujeitamento. Temos então o exercício do poder onde se regula a vida das populações e se disciplina os corpos que a constituem.

Ao explicitar a mecânica do exercício do poder percebemos que Foucault a identifica como sendo um modo de ação de estratégias de poder sobre as ações de sujeitos agentes. Porém, o poder, diz o pensador francês “só se exerce sobre sujeitos livres, entendidos como sujeitos individuais ou coletivos que têm frente a eles um campo de possibilidade onde várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer”.⁶ Pode-se incluir na gênese das relações de poder, um elemento importante - a **liberdade**. Instala-se então uma problematização ao mesmo tempo política e ética que se coloca a nós hoje: mais do que tentarmos libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, o mais importante é libertar a *nós* mesmos do Estado e do tipo de individualização que está ligada a ele. Acentua-se a tentativa de promoção de novos campos de resistência que visam à defesa da liberdade, que segundo Castelo Branco, “constituem uma nova economia nas relações de poder”.⁷ Inclui-se definitivamente na dinâmica das relações de poder uma série de práticas de resistência que só podem ser exercidas no âmbito do próprio poder. Tipos de resistências contra as formas de assujeitamento para controle e submissão da subjetividade. Assim sendo, não é mais conveniente estabelecer um mero antagonismo entre poder e liberdade, mas sim uma **agonística**, representando a incitação recíproca e de luta entre poder e contrapoder. A agonística apresenta o sentido de combate permanente, no qual o interesse não é atingir a verdade, a certeza, mas sim uma ação de ultrapassar a nós mesmos. Ultrapassamento que denota um processo de abrir caminhos para invenção de novas práticas éticas e de políticas inovadoras de resistência, possibilitando a transformação dos indivíduos, recusando as práticas de assujeitamento. O estabelecimento desta agonística só demonstra que o poder não é um sistema de dominação absoluto não permitindo espaços para resistência. Ou seja, fica claro que Foucault não defende a idéia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e não deixa nenhum lugar para a liberdade. Aliás, a resistência surge por ser inseparável do poder, isto é, só existem contrapoderes devido às

⁶ Foucault, M. *Dits et Écrits I*, 1994a, p. 237.

⁷ Castelo Branco, G. *Estética da Existência, resistência ao poder*. Revista *Exagium*. Vol. I, 2008, p. 4.

práticas de poder. Assim, tanto a resistência funda as relações de poder, quanto ela resulta dessas relações. Fica claro que não se pode negar que não há sociedade sem relações de poder e essas relações devem ser entendidas aqui como jogos estratégicos. A resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas e de práticas de transformações. Assim sendo, a resistência não é “anterior ao poder que confronta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea”.⁸

Precisa ficar claro que não se leva em conta se estas relações são necessárias ou não, deixa de se tornar o principal problema, até pelo motivo de serem concretas. Necessariamente, não são também marcadas pela prática de violência, pois não se produz resistência, mas somente passividade. Obviamente o uso da força e da coerção, não é descartado, embora Foucault não perceba tal situação como relações agonísticas entre poder e resistência. Por sinal, uma estratégia de resistência para se apresentar como passível de êxito precisa evitar um confronto de força com o poder. Também o poder, aplicando estratégias de não opressão ou violência, pode se manter mais tempo. Ao problematizar as relações de poder de forma concreta, as tradicionais propostas políticas como o estabelecimento do consenso ou de contratos sociais, devem ser rejeitadas, pois o problema não consiste, em tentar dissolver essas relações na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente. Ressaltamos que o que deve considerar-se como uma tarefa política e filosófica incessante é justamente a problematização e o conseqüente diagnóstico crítico de *agonismo* entre o poder e a liberdade. O trabalho de transformação profunda só pode ser feito ao ar livre e sempre agitado pelo exercício de uma crítica permanente.

Quando nos referimos à liberdade a partir do viés Foucaultiano, o importante a ser assinalado é o sentido que a liberdade recebe, se apresentando como uma de tarefa dos sujeitos livres, sempre agindo para reconstruí-la, como numa espécie de eterno recomeçar criativo de transformação e ultrapassamento. As práticas do poder são determinadas pelas relações entre homens livres, acarretando em tensões entre os modos de execução das potências da liberdade. Quanto à noção de transformações, destaque-se a rejeição foucaultiana aos esquemas de transformações que buscam estabelecer a liberdade de uma vez por todas. Não há espaço para perspectivas de futuro messiânicas. Os projetos de transformação sociais

⁸ Foucault, M. *Microfísica do Poder*, 1996, p. 241.

postos em jogo no século XX, pouco importando sua coloração ideológica, não levaram a nada além do que decepções, sacrifícios coletivos, dores do mundo. Ao contrário destas ilusões universalistas, Foucault defende a necessidade de enfocarmos tipos parciais de transformações a partir de alguns tipos de resistências bem sucedidas que apresentam na prática a possibilidade de criação de espaços para a liberdade.

Para o pensador francês, a potencialidade da liberdade representa o conteúdo ontológico do homem que sente, pensa e principalmente age na modernidade. Como afirma o filósofo francês “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é o modo refletido que a liberdade assume”.⁹ A liberdade deve ser entendida no plano de lutas entre seres livres, contra qualquer tipo de abuso da racionalidade política. Este é o fundamento de todo processo individual e social de práticas de resistência na contemporaneidade, marcada pela governamentalidade biopolítica. Todavia, esta agonística entre liberdade e poder não é simples. Traz em seu bojo um interessante paradoxo: a liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto uma resistência ao exercício do poder, isto é, a luta pela liberdade pode atingir um grau de dominação tão intensa que se torna não mais possível qualquer tipo de resistência. Toda a luta individual e social pró ou contra a efetivação da liberdade, torna-se, assim, uma questão política incontornável. Uma tarefa política inerente a toda existência social, passível de ser diagnosticada em sua concretude e não em idealizações.

Por este motivo, podemos vislumbrar distintas e diversas formas de resistência ao poder, exercidas por subjetividades distintas, possuidoras de questões específicas e diferentes de acordo com as condições sociais. A multiplicidade das relações agonísticas entre o poder e a liberdade possui variadas gradações, não se limitando ao âmbito privado, mas principalmente no espaço público ou uma comunidade de homens livres. Como destaca Castelo Branco:

A recusa das formas de subjetividade que foram impostas converte-se numa questão política de real densidade: temos que procurar elaborar formas livres dentro de sistemas sócio-políticos que trabalham incessantemente para submeter às pessoas a práticas disciplinares, individualizantes e normalizadoras, com o auxílio de técnicas e de conhecimentos científicos (CASTELO BRANCO, *Estética da Existência, resistência ao poder*, p. 10)

⁹ Foucault, M. *Dits et Écrits I*, 1994a, p. 712.

É de se notar que a governamentalidade biopolítica estatal se apresenta como este aparato de poder com total condição de nos submeter a esta situação submissão. Mas como ocorre este processo? Pressupondo a decisão de não praticarmos o ultrapassamento e modos de transformação aos quais podemos dispor de modo estratégico para recusa de nossas subjetividades impostas e abrindo a possibilidade da condição ontológica de nossa liberdade.

Considerações Finais

Enfim, poderá de algum modo, trazer certo desconforto quando notamos que na concepção agonística entre poder e liberdade, não se aproxima nem do contratualismo, da consensualidade e recusa qualquer discurso sobre servidões voluntárias. Também não há a crença numa hipotética expropriação originária. Por outro lado, nas relações agonísticas, encontra-se ausente qualquer sentido de teleologismo histórico. O tipo de historicidade que marca a modernidade é atravessado pelas relações de poder concretas, onde os pólos dos poderes da disciplina e do biopoder se ligaram, gerando a governamentalidade. A agonística no sentido de luta não se direciona a uma possível busca de felicidade ou harmonia, mas implica em uma dualidade e oportunidade de combate que se apresentam nas relações de poder entre os sujeitos. Concebem-se estes sujeitos como agônicos no sentido de ser uma provocação permanente nas relações poder-liberdade. Exerce-se a liberdade no âmbito de uma tensão permanente e produtiva entre os dois pólos paradoxais: por um lado, o assujeitamento das limitações, por outro, a liberdade possível, mas limitada. Exatamente neste estado de tensão dá-se a possibilidade das relações agonísticas. Por este motivo a liberdade humana se encontrará sempre inserida num jogo de estratégias com o poder, não havendo espaço para imaginar algum tipo de libertação universalizável.

Parece não haver qualquer tipo de conotação de angústia ou desespero, na liberdade de resistir contra qualquer prática de assujeitamento, mas busca-se sim afirmar a vida que em sua realidade efetiva se apresenta prazerosa e séria, insustentavelmente leve e insuportavelmente pesada. Essa condição em nossa interpretação constitui-se no pressuposto da agonística, que traz em si, as potencialidades das

transformações e ultrapassamentos, da formulação de estratégias, da vigilância para com os processos de assujeitamento e descarte da vida.

Se Foucault não apresenta quaisquer tipos de saídas ou soluções mirabolantes e idealistas, sua posição se reflete como a de um realista que remete ao diagnóstico de que toda a sociedade é perpassada por relações de poderes, envolvendo a agonística entre poderes e contrapoderes. Assim, não existem lutas libertárias que se completam, mas sempre se recriam.

Referências

CASTELO BRANCO, Guilherme. “Estética da existência, resistência ao poder”. Revista *Exagium*. Vol. I – Abril de 2008, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.revistaexagium.com>> . Acesso em 29/05/09.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*, Vol. III. Paris: Gallimard, 1994a.

_____. *Dits et Écrits* Vol. IV. Paris : Gallimard, 1994b.

_____. *Microfísica do Poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.